PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2008

Altera dispositivos da Lei Complementar N° 009, de 03 de dezembro de 1992, que aprova o Estatuto dos Servidores Municipais e posteriores modificações.

Art. 1 $^{\circ}$ O art 130 *caput*, da Lei Complementar n $^{\circ}$ 009 de 3 de dezembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Subseção II

DA LICENÇA À GESTANTE, À ADOTANTE E DA LICENÇA PATERNIDADE

Art 130 Será concedida licença à servidora gestante, por <u>180 (cento e oitenta)</u> dias consecutivos, sem prejuízo de remuneração.

§	1°			
§	2°	,		
§	3°	,		
8	4°	,,	(N	I R)

Art 2° O art 133 *caput*, da Lei Complementar n° 009 de 3 de dezembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Subseção II

DA LICENÇA À GESTANTE, À ADOTANTE E DA LICENÇA PATERNIDADE

Art 133 A servidora que adotar, ou obtiver guarda judicial de criança de até 1 (um) ano de idade será concedido **180 (cento e oitenta)** dias de licença remunerada, para ajustamento do adotado ao novo lar.

Parágrafo Único	,,	/ NTI	OD I
Paragrato Linico		/ / N/ #	~ 1
1 aragrany Chico		1111	.,

Art 3° Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 02 de dezembro de 2008.

Demetrius Arantes Pereira Prefeito Municipal

Ofício EM nº / 180 /2008

Em 02 de dezembro de 2008

Exmo. Senhor Marcos Vinícius Alves da Silva D.D Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis Divinópolis-MG

Excelentíssimo Senhor Presidente:

A proposição de lei que ora temos a elevada honra de encaminhar a V. Exa. a fim de submeter à apreciação e soberana deliberação desse nobre e esclarecido Legislativo, dispõe sobre o acréscimo na Lei Complementar Nº 009 de 03 de dezembro de 1992, que estabelece o Estatuto dos Servidores Municipais.

Senhor Presidente: com a alteração apresentada esperamos estar reestruturando de forma eficaz o Estatuto dos Servidores Municipais e direcionando melhor os objetivos da referida Lei.

Atendendo ao pedido dos Exmos. Srs. Vereadores Edson de Sousa e Juliano do Pio, o projeto de alteração, ora proposta, tem por objetivo garantir as mães um tempo maior para o cuidado dos seus filhos recém-nascidos. De acordo com os estudos da Sociedade Brasileira de Pediatria, os primeiros 6 meses é de fundamental importância o contato materno, pois é nessa fase em que os males psicológicos se desenvolvem nos filhos, acarretando distúrbios que podem durar a vida toda. Salientamos ainda que, além desses problemas que podem vir a aparecer, ainda há a angústia e o medo em ter de deixar o bebê muito novo em casa para voltar ao trabalho.

Apesar do projeto já ter sido aprovado pelo Congresso Nacional (Lei 11.770, de 09 de setembro de 2008), alguns estados e municípios já aderiram *a priori* a idéia e aprovaram em seus estatutos e leis o benefício para as mães, tratando de um reconhecimento



aos esforços dessas mulheres que lutam para criar os filhos em um mundo tão difícil, no qual vemos que a necessidade de ter um lar bem estruturado é o embrião de justiça e de perfeição.

Sabemos, também, que ainda é muito pouco o tempo para dedicar aos filhos, mas que o importante é o início.

Sendo assim esperamos e confiamos em sua aprovação por essa Colenda Casa Legislativa.

Valemo-nos da oportunidade para reiterar a V. Exa. e seus ilustres pares, os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Demetrius Arantes Pereira Prefeito Municipal